

## Sumário

*Após a verificação do quórum, a Reunião Plenária foi declarada aberta às 09 horas e 04 minutos.*

*Entretanto, antes do início do Período de Questões Gerias e de Declarações Políticas, interpelaram a Mesa os Srs. Deputados João dos Santos Luís (UCID), Emanuel Barbosa (MPD), Julião Varela (PAICV) e Nuías Silva (PAICV).*

*Seguidamente, quando eram 09 horas e 09 minutos, a Reunião Plenária foi suspensa para uma Conferência de Representantes, tendo sido retomada às 09 horas e 10 minutos, com a informação de que o horário das votações dos diplomas foi alterado para as 13 horas, devendo os trabalhos prolongarem-se até ao término das votações.*

*Na sequência, interpelaram a Mesa os Srs. Deputados António Monteiro (UCID), Emanuel Barbosa (MPD) e João Gomes (MPD).*

**Período de Questões Gerais e de Declarações Políticas (P.Q.G.D.P.)** – *Iniciou-se com uma Declaração Política do MPD sobre a finalização do Processo de Privatização da TACV (Transportes Aéreas de Cabo Verde), proferida pelo Deputado Emanuel Barbosa (MPD).*

*No período de esclarecimentos, usaram da palavra, os Srs. Deputados Nuías Silva (PAICV), Adilson Fernandes (MPD), José Maria Gomes da Veiga (PAICV), Orlando Dias (MPD), Júlio Correia (PAICV), Miguel Monteiro (MPD), Luís Carlos Silva (MPD), Hélio Sanches (MPD), António Monteiro (UCID) e Carlos Monteiro (MPD).*

*Ainda, o Sr. Deputado Nuías Silva (PAICV), sentindo-se ofendido pelo Sr. Deputado Orlando Dias (MPD), reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo aquele parlamentar prestado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.*

*A seguir, o Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) apresentou uma Declaração Política, em nome da UCID, sobre a privatização da Transportadora Aérea de Cabo Verde.*

*No período de esclarecimentos, usaram da palavra, os Srs. Deputados Francisco Correia (MPD), Nuías Silva (PAICV), Luís Carlos Silva (MPD), João Baptista Pereira (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), António Monteiro (UCID), Carlos Monteiro (MPD), Dora Pires (UCID), João Gomes (MPD), Hélio Sanches (MPD), João do Carmo (PAICV) e João dos Santos Luís (UCID).*

*Sentindo-se ofendido com os esclarecimentos do Sr. Deputado Francisco Correia (MPD), o Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) usou da palavra ao abrigo do artigo 123º, tendo o primeiro ripostado ao abrigo do n.º 2 do referido artigo.*

*Os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Miguel Monteiro (MPD), Orlando Dias (MPD), Luís Carlos Silva (MPD) e João Baptista Pereira (PAICV) interpelaram a Mesa.*

*Sentindo-se ofendido com a intervenção do Sr. Deputado Nuías Silva (PAICV), o Sr. Deputado Orlando Dias (MPD) usou da palavra ao abrigo do artigo 123º, tendo o primeiro prestado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do referido artigo.*

*Também, o Sr. Deputado Nuías Silva (PAICV), sentindo-se ofendido com a intervenção do Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD), usou da palavra ao abrigo do artigo 123º, tendo o segundo ripostado ao abrigo do n.º 2 do referido artigo.*

*Dando continuidade ao P.Q.G.D.P., o Sr. Deputado Julião Varela (PAICV) fez uma intervenção sobre a privatização dos TACV por ajuste directo, tendo prestado esclarecimentos os Srs. Deputados Emanuel Barbosa (MPD), Filomena Martins (PAICV), Nelson de Brito (MPD), João Gomes (MPD) e Orlando Dias (MPD).*

*Sobre o mesmo assunto da privatização dos TACV, o Sr. Deputado Miguel Monteiro (MPD) fez uma intervenção.*

*Considerando que o Sr. Deputado Miguel Monteiro (MPD) ofendeu a Bancada do PAICV, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º, tendo aquele Deputado prestado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.*

*O Sr. Deputado Mário Teixeira (PAICV) interveio sobre as ligações aéreas para a diáspora africana e a situação de estudantes na diáspora africana.*

*Na sua intervenção, a Sra. Deputada Celita Pereira (MPD) referiu-se às ligações existentes entre os países da Região da Macaronésia.*

*O Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) falou, na sua intervenção, sobre a não evolução na carreira de funcionários do ICCA (Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente), a nível nacional.*

*Ao intervir, o Sr. Deputado José Manuel Sanches (PAICV) abordou o problema da deficiência de juizes nas Comarcas de Santa Catarina e Tarrafal, na região de Santiago Norte.*

*Para responder às questões suscitadas durante esse período, usou da palavra o Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire), ao abrigo da alínea i) do artigo 114º do Regimento. Esta intervenção suscitou esclarecimentos dos Srs. Deputados Julião Varela (PAICV) e Carlos Delgado (PAICV).*

*O Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) fez uma intervenção sobre o preço exorbitante de passagens inter-ilhas, tendo prestado esclarecimentos o Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto.*

*O Sr. Deputado Walter Évora (PAICV) sublinhou que as intervenções dos Deputados do PAICV vão no sentido da defesa de Cabo Verde.*

*O Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) referiu-se à falta de resposta do Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto às questões suscitadas pela UCID.*

*O Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto interveio a respeito da defesa dos interesses de Cabo Verde no sentido da criação de riqueza e desenvolvimento de Cabo Verde.*

**Período da Ordem do Dia (P.O.D.)** – *Iniciou-se com o anúncio do Ponto III – Aprovação de Projectos e Propostas de Resolução, tendo o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) interpelado a Mesa pelo facto de o Sr. Presidente não ter anunciado a apresentação, discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para proceder à aprovação de um novo Código Comercial e do Código das Sociedades Comerciais, discussão essa que devia ocorrer antes do anúncio do ponto III.*

*Na sequência, passou-se então à apresentação, discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para proceder à aprovação de um novo Código Comercial e do Código das Sociedades Comerciais, tendo o Sr. Ministro da Indústria, Comércio e Energia (Alexandre Monteiro) apresentado os artigos de 1º a 4º, que foram aprovados, sem alterações.*

*No momento da discussão do artigo 2º, o Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) solicitou a sua votação. Submetida à votação, o artigo 2º foi aprovado com 34 votos a favor, sendo 32 do MPD e 2 da UCID, nenhum voto contra e 21 abstenções, do PAICV.*

*Participaram na discussão, além do Sr. Ministro da Indústria, Comércio e Energia, os Srs. Deputados João Baptista Pereira (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD) e Luís Carlos Silva (MPD).*

*De seguida, passou-se ao Ponto III, Aprovação de Projectos e Propostas de Resolução, tendo o Sr. Presidente anunciado a apresentação e discussão do Projecto de Resolução que determina uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o processo de concessão de exploração do serviço público de transportes marítimos inter-ilhas.*

*Na sequência, a Sra. Deputada Filomena Gonçalves (MPD) interpelou a Mesa sobre o pronunciamento da Procuradoria Geral da República, para se ter as condições de discussão do referido Projecto de Resolução, tendo o Sr. Presidente prestado esclarecimentos.*

*O Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto também interpelou a Mesa.*

A Sra. Deputada Filomena Gonçalves (MPD) procedeu à leitura do enquadramento legal e da parte conclusiva do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Relações Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado.

O Sr. Deputado João Gomes (MPD) interpelou a Mesa sobre o artigo 6º da Lei que define o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, sugerindo aguardar o posicionamento da Procuradoria Geral da República.

Em interpeleções subseqüentes, os Srs. Deputados João Baptista Pereira (PAICV) e Emanuel Barbosa (MPD) sugeriram o adiamento da iniciativa para a próxima Sessão Plenária, tendo de seguida o Sr. Presidente anunciado a suspensão da iniciativa.

O Sr. Secretário de Estado para as Finanças (Gilberto Barros) procedeu à apresentação da Proposta de Resolução que aprova, para adesão de Cabo Verde, a decisão do Conselho da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD) fez a leitura do Relatório-Parecer da Comissão Especializada de Relações Externas, Cooperação e Comunidades.

No período de esclarecimentos, usaram da palavra, além do Sr. Secretário de Estado para as Finanças, os Srs. Deputados Milton Paiva (MPD), José Maria Fernandes da Veiga (PAICV) e Lúcia dos Passos (MPD).

Os artigos 1º e 2º foram aprovados, sem quaisquer alterações.

O Sr. Secretário de Estado para as Finanças apresentou ainda a Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, a Convenção para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República do Senegal.

O Sr. Deputado José Manuel Sanches (PAICV) procedeu à leitura do enquadramento legal e da parte conclusiva do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Relações Externas, Cooperação e Comunidades.

No período de esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados Mário Teixeira (PAICV), Hélio Sanches (MPD), Milton Paiva (MPD), José Manuel Sanches (PAICV), para além do Sr. Secretário de Estado para as Finanças.

No período de debate interveio o Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID).

Foram aprovados os artigos 1º e 2º, sem alterações.

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 137º do Regimento (votação à hora marcada) foram submetidos à votação, os seguintes diplomas:

– Proposta de Lei que Proceda à primeira alteração à Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de Julho, que aprova a Lei de Investigação Criminal (Generalidade);

– Proposta de Lei que Proceda à primeira alteração à Lei n.º 78/VII/2010, de 30 de Agosto, que aprova o regime da execução da política criminal (Generalidade);

– Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para proceder à aprovação de um novo Código Comercial e do Código das Sociedades Comerciais (Votação Final Global);

– Proposta de Resolução que aprova, para adesão de Cabo Verde, a decisão do Conselho da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);

– Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, a Convenção para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República do Senegal.

A Proposta de Lei que Proceda à primeira alteração à Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de Julho, que aprova a Lei de Investigação Criminal foi aprovada, na generalidade, pela unanimidade dos 62 Deputados presentes, sendo 36 do MPD, 3 da UCID e 23 do PAICV. A Sra. Deputada Mircéa Delgado (MPD) proferiu uma declaração de voto.

A Proposta de Lei que Proceda à primeira alteração à Lei n.º 78/VII/2010, de 30 de Agosto, que aprova o regime da execução da política criminal, foi aprovada pela unanimidade dos 63 Deputados presentes, sendo 37 do MPD, 3 da UCID e 23 do PAICV.

Reunião Plenária de 01 de Março de 2019

*A Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para proceder à aprovação de um novo Código Comercial e do Código das Sociedades Comerciais, foi aprovada com 40 votos a favor, sendo 37 do MPD e 3 da UCID; nenhum voto contra e 23 abstenções, do PAICV. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), Armindo da Luz (MPD) e João dos Santos Luís (UCID).*

*A Proposta de Resolução que aprova, para adesão de Cabo Verde, a decisão do Conselho da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) foi aprovada pela unanimidade dos 63 Deputados presentes, sendo 37 do MPD, 3 da UCID e 23 do PAICV.*

*A Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, a Convenção para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República do Senegal, foi aprovada pela unanimidade dos 63 Deputados presentes, sendo 37 do MPD, 3 da UCID e 23 do PAICV.*

*O Sr. Deputado Pedro Silva (MPD) interpelou a Mesa.*

*A Reunião Plenária foi encerrada às 13 horas e 48 minutos, ficando concluída a 2ª Sessão Plenária de Fevereiro de 2019.*